

## A União Faz a Força

**Categories :** [Pedro da Cunha e Menezes](#)

Em uma fria e seca noite de inverno do ano 2000, saboreava um copo de vinho sul-africano enquanto me deliciava com uma velha edição de Turbilhão de Coelho Netto. Fiquei um pouco irritado quando o toque do telefone interrompeu meu preguiçoso prazer. Era Ari, funcionário do Parque Nacional da Tijuca, que na época eu administrava. “A Pedra da Gávea está em chamas,” informou aflito.

Corri à janela da cozinha e fui conferir. Chamas de um vermelho bruxuleante lambiam as encostas do morro. Que tristeza!

Imediatamente, entrei em contato com o comandante do Grupamento de Bombeiros Florestais do Alto da Boa Vista. Não era possível fazer nada no breu da noite, mas havia que estar pronto para atacar o incêndio tão logo o dia clareasse. Às cinco da manhã adentrei a sala de operações do quartel. Com cara de cansado, enfiado em seu uniforme de campanha, Major Fábio já me esperava. Não tinha boas notícias. O que inicialmente era um fogo complicado na Pedra da Gávea fora aumentado por quedas de balões em outras áreas da Floresta. Tínhamos agora cerca de trinta focos de incêndio em diversas localidades diferentes do Parque. Ardia o morro do Cochrane na vertente São Conrado, queimava o Morro do Elefante na direção do Grajaú, a serrilha do Bico do Papagaio estava envolta em chamas. O vale do Quitite também estava coberto pelo fogo. Focos menores consumiam as matas dos Ciganos, Perdidos, Pico da Taquara e Sumaré. Enquanto isso, a Pedra da Gávea continuava a ser calcinada pelas labaredas que avançavam morro acima havia já 8 horas.

Fábio coçou a cabeça. Em um papel rabiscava contas que insistiam em não fechar. Cancelara folgas e convocara todos os homens que tinha de plantão. Pedira reforços a outros quartéis, requisitara o helicóptero do Estado. A soma chegava a mais ou menos 150 Bombeiros e meia dúzia de veículos. Não dava para a conta do chá. Olhou-me desconcertado. “Vamos ter que priorizar. Com os recursos humanos e materiais disponíveis, não há como lidar com todos os focos ao mesmo tempo”.

Saí dali e rumei para a sede do Parque. Disparei telefonemas. Paulo César Amêndola, Superintendente da Guarda Municipal do Rio, cedeu 100 homens e 8 veículos; A Base Aeronaval de São Pedro d’Aldeia emprestou um helicóptero; Luiz Carlos Munhoz, presidente da Helisight, ofereceu outro; a Polícia Militar enviou quatro patrulhas; a CEDAE disponibilizou caminhões pipa; o Ibama enviou funcionários e equipamento dos Parques Nacionais de Serra dos Órgãos e Itatiaia.

Por volta de meio-dia, graças ao esforço das três esferas de governo e da iniciativa privada, já tínhamos homens e material suficiente para enfrentar a guerra que nos deparava. Mas não sabíamos como. Quem comanda? Quem faz a estratégia? Quem se responsabiliza pelos gastos?

Quem é responsável perante a justiça em caso de acidentes ou erros de avaliação? Posso usar motoristas de uma corporação para dirigir carros de outra? Posso dar rações dos Bombeiros para a Guarda Municipal (Mas e se for contra o regulamento?). Como? Não posso dar uma bomba d'água e um abafador do IBAMA para ser usado por um bombeiro?

Aproximavam-se as eleições para Prefeito e as relações entre as esferas de Governo não eram as melhores possíveis. Poucas semanas antes um coronel da PM prendera um guarda municipal porque este “atrevera-se a usurpar função constitucional da Polícia Militar, ao munir-se de apito e controlar o trânsito na Gávea”. Dias antes, um coronel bombeiro declarara que a Guarda Municipal deveria abster-se de resgatar pessoas perdidas na Floresta da Tijuca sob pena de ser processada pela mesma “usurpação de função constitucional”. Em resumo, pegavam fogo as matas e as vaidades.

Chegou a haver um impasse. Profissionais de perfil operacional de um lado; funcionários de cabeça político-burocrática de outro. Infelizmente, tamanha cooperação interinstitucional não está prevista nos manuais de administração civis ou militares. Enquanto isso, alheia aos homens, a Floresta era lambida pelo fogo.

Atraídos pelo chamado da consciência, foram chegando ao Alto da Boa Vista oficiais bombeiros lotados em diversas unidades espalhadas pelo Rio. Gente que estava na diretoria de Ensino, no Quartel de Campo Grande, no Salvamar e alhures, uns de folga, outros escapulindo da própria caserna. Nenhum coronel ou tenente-coronel. Eram majores, capitães e tenentes. Em comum, todos já tinham em algum momento de suas carreiras servido no Grupamento Florestal. Não estavam preocupados com as vaidades interinstitucionais. Rapidamente irmanaram-se aos outros indivíduos que estavam ali com a mesma Missão. Assim como eles, tinham um único objetivo: apagar o incêndio.

Incentivado por esses oficiais intermediários, tomei coragem e assumi a responsabilidade jurídica, afinal o parque era jurisdição minha. Nominalmente, tinha a coordenação geral que me facultava decidir quem madava em quem. Feito isso, subordinei todos os demais órgãos, incluindo eu mesmo, às ordens do Corpo de Bombeiros. Formou-se então um Estado-Maior operacional, comandado pelo Major Fábio auxiliado por uma série de dedicados capitães, pelos pilotos da Marinha e da Polícia Civil, por um oficial da PM e por um Inspetor da Guarda Municipal.

Dali despacharam-se dezenas de equipes de combate ao fogo. Algumas foram transportadas por helicóptero, outras por veículos terrestres, algumas seguiram a pé guiadas por funcionários da Floresta da Tijuca. Cada grupo era composto de bombeiros especializados em incêndios florestais, que faziam o primeiro combate e guardas municipais e agentes do Ibama que procediam no rescaldo. Veículos, alimentação, rádios e equipamentos foram distribuídos de acordo com a necessidade independente do órgão de sua procedência.

Após três dias, finalmente, o pior incêndio da história da Floresta da Tijuca foi debelado e a operação desfeita. Apesar do sucesso ficou uma certeza: perdera-se demasiada energia na administração das vaidades; esforço que poderia ter sido melhor empregado no combate ao incêndio. Definitivamente, **NÃO ESTÁVAMOS PREPARADOS PARA TRABALHAR EM CONJUNTO**. Esse foi talvez o único ponto em que IBAMA, Bombeiros, Prefeitura, PM e Guarda Municipal foram unânimes em concordar.

Ainda mais frustrado que eu, contudo, ficaram alguns daqueles jovens oficiais bombeiros que se voluntariaram para debelar o fogo na Tijuca. Tinham passado por experiência semelhante no incêndio que arrasara Roraima seis meses antes. Na Tijuca, repetira-se a fogueira de vaidades e a descordenação verificada na Amazônia. Com efeito, não fosse a determinação deles em priorizar a missão por cima dos entraves burocráticos não teria sobrado muita Floresta da Tijuca para contar a história.

Coisa rara no Brasil, essa frustração produziu frutos. Terminado o incêndio, os bombeiros começaram a pesquisar como é feita a gestão de grandes incidentes em países que têm tradição de resolver os problemas ao invés de apenas falar sobre eles. Como os Estados Unidos coordenam tantos órgãos diferentes em suas gigantescas operações de combate a incêndios na Califórnia? Como a Austrália coloca suas diversas agências a trabalhar unívocas quando há desastres naturais de grandes proporções?

A resposta veio em forma de sigla: ICS (Sistema de Controle de Incidentes, em inglês). Trata-se de mecanismo operacional simples pensado para aplicação em grandes catástrofes. Originado nos grandes incêndios que varreram as florestas de pinheiro americanas na década de 70, o ICS foi desenvolvido para utilizar, de forma organizada e co-ordenada, os recursos de diferentes agências. Hoje é largamente empregado nos EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e diversos países da Europa e padroniza terminologia, equipamentos, frequências de rádio e procedimentos. Sobretudo, tem sua estrutura própria que desconsidera as estruturas de cada uma das organizações envolvidas no ICS. Assim, tem sua própria cadeia de comando e linha de autoridade na qual os diversos órgãos envolvidos na atividade se encaixam. As posições de comando são outorgadas de acordo com as habilidades específicas para cada tarefa, independente do órgão de origem ou da patente.

Um sistema revolucionário para uma organização de estrutura militar como é caso dos bombeiros. Contudo, isso não impediu os oficiais especializados em meio ambiente do Corpo de Bombeiros do Rio a se esforçarem para aprender essa nova técnica onde quer que ela fosse bem aplicada. Tinham sede de aprender, estavam determinados a melhorar a gestão dos grandes incêndios no Brasil. Oficiais como os então majores e capitães Wanius de Amorim, Gilberto Mendes, Marcos Ferreira, Bento, Fábio Meirelles, Flávio Luiz e Jesus, para mencionar apenas uns poucos, esforçaram-se para disseminar essa idéia entre seus pares.

Em 2001, tiveram uma pequena vitória: 40 tenentes coronéis fluminenses foram a Sydney. Lá,

eles presenciaram uma apresentação completa sobre o ICS feita pelo Corpo de Bombeiros Rural da Nova Gales do Sul, que é uma unidade especializada no combate a incêndios florestais. Para alguns brasileiros aquilo foi grego. Outros afirmaram que uma estrutura dessas jamais funcionaria no Brasil: “Países diferentes, realidades diferentes. Não se pode copiar modelos, temos que criar os nossos”. A maioria, felizmente, escutou com atenção e interesse. Um deles, o Coronel De Carvalho, pareceu especialmente impressionado.

Sorte do Rio de Janeiro e do Brasil. Em 2002, De Carvalho seria alçado ao cargo de Secretário de Defesa Civil do Rio de Janeiro e revolucionou o Corpo de Bombeiros do Estado, arejando a corporação. Na sua gestão, a Academia de Bombeiros, agora comandada pelo Tenente Coronel Bento, inseriu o ICS em seu currículo. Novas viagens de instrução foram feitas aos Estados Unidos e um memorando de entendimentos que prevê o desenvolvimento do ICS no Rio de Janeiro foi assinado com a Austrália.

No mês passado, Bob Much e Paul Chamberlim, dois instrutores americanos veteranos de muitas chamas incandescentes, ministraram um curso para 500 bombeiros. Sinal dos tempos, nas salas de aula havia soldados cabos, majores e coronéis, entre eles o próprio Comandante Geral, De Carvalho.

Os resultados foram encorajadores. Bem aplicado, o ICS permitirá a otimização dos recursos de vários órgãos e agências reduzindo custos e aumentando a efetividade no combate a grandes catástrofes naturais. Agora cabe espalhar o conceito por outros órgãos e agências Brasil afora, o que permitirá a disseminação do conceito do ICS por todas as instituições envolvidas nas grandes ações desencadeadas para dar frente a catástrofes naturais. Quanto a isso, os Bombeiros não estão perdendo tempo. No próprio quintal Fluminense, dia 7 de outubro já aconteceu uma primeira reunião de coordenação para uso do ICS no contexto da APA de Petrópolis. Na escala federal, o tenente coronel Wanius de Amorim estará no IV Congresso nacional de Unidades de Conservação que acontece em Curitiba entre os dias 17 e 21, onde presidirá a mesa redonda sobre Sistema de Unidades de Conservação no Brasil.

Em um movimento ambientalista tão dividido como o brasileiro, precisamos urgentemente adotar um sistema como o ICS, que nos permite apagar o voraz fogo das vaidades. Só então, poderemos nos dedicar tranquilos à complicada tarefa de combater as queimadas que vêm dizimando nossas matas.